Portaria nº 00001/2024-DGAF/GAB/SEMÁS, 02/01/2024

– INTERROMPER, por necessidade de serviços, a contar de 08/01/2024 o gozo de férias do servidor Raul Protázio Romão, matrícula nº 5930962/1, referente ao exercício 2020/2021, concedida através da Portaria nº 2545/2023 -DGAF/GAB/SEMÁS de 01/11/2023, publicado no DOE 35.614 de 20/11/2023, restando 05(cinco) dias a serem usufruídas em data oportuna.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1028238

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS**Portaria nº 2712/2023-DGAF/GAB/SEMÁS**

ALTERAR, por necessidade de serviço, o segundo período do gozo de férias, do servidor YAGO BORGES DE SOUZA, Id. Funcional nº 6045430/3, que seria de 11/09/2023 A 24/09/2023 para 08/01/2024 a 21/01/2024, concedida através da Portaria nº 00012/2023-DGAF/GAB/SEMÁS de 10/01/2023, publicada no DOE nº 35.252 de 11/01/2023, referente ao exercício 2022-2023.

LÍLIA MÁRCIA RAMOS REIS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 1028310

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DE DECISÃO****PROCESSO: 2021/0000038106**

NOME DO INFRATOR: SHYRLEY MARIA ROSA FERNANDES – FAZENDA FLOR DA MATA

INFRAÇÃO: Art. 118 Incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 41 da Lei Federal nº 9.605/1998, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 6.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

– SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração:

AUT-2-S/21-11-00799, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos

termos do art. 29 da Lei Estadual nº 9.575/2022, o que tornou o auto em

comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as

formalidades legais.

Protocolo: 1028263

EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 2021/0000041505**

NOME DO INFRATOR: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.

INFRAÇÃO: Art. 118 incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1997.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 66 Inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

– SEMAS, através de seu titular, ANULOU o Auto de Infração: 11378/2021/

GERAD, bem como determinou que sejam efetivadas as medidas legais

constantes na parte conclusiva do parecer.

Protocolo: 1028263

Protocolo: 1028263

EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 2021/0000041531**

NOME DO INFRATOR: JOSÉ RIBAMAR MARTINS JORGE – SÍTIO BOA ESPERANÇA

INFRAÇÃO: Art. 118 Incisos I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 66 paragrafo único inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

– SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração:

AUT-2-S/21-12-00449, com fulcro na súmula 473 do Superior Tribunal Federal, ante o não cumprimento dos requisitos legais do art. 137 da Lei Estadual nº 5.887/1995 na fundamentação legal, o que tornou o auto em

comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as

formalidades legais.

Protocolo: 1028263

EXTRATO DE DECISÃO**PROCESSO: 2018/0000049348**

NOME DO INFRATOR: TEDESSINE MADEIRAS LTDA – EPP

INFRAÇÃO: Art. 118 Inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 82 do Decreto Federal nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 6.605/1998.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

– SEMAS, através de seu titular, TORNOU SEM EFEITO o Auto de Infração

nº AUT-2-S/18-06-00142, ante a incidência da prescrição quinquenal, nos

termos do art. 29 da Lei Estadual nº 9.575/2022, o que tornou o auto em

comento incapaz de produzir efeitos, sendo este arquivado, observando as

formalidades legais.

Protocolo: 1028263

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA**PORTARIA Nº165/2023/CCC/FESPDS/SEGUP/PA.**

Dispõe sobre designação de comissão fiscalizadora para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento.

O Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, Sr UALAME FIALHO MACHADO, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e congêneres firmados pelo Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE; e

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 048/2023 - SEGUP/FESPDS/PA, celebrado junto a empresa TAURUS ARMAS S/A, decorrente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023 - FUNESP, oriunda do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2023-SECLOG/SE, originário do Processo nº 2023/1184276, cujo objeto é a aquisição de armamento portátil Fuzil Calibre 7,62x51 MM e .308 WIN com os seguintes acessórios:

Luneta Mira Telescópica, Bipé, Supressor, Carregadores em Polímero, Bandoeira de três pontos e Case Rígido, com os devidos treinamentos, com o objetivo de equipar a Polícia Civil do Estado do Pará, de acordo com os conforme especificações técnicas constantes na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor MARCO ANTÔNIO SENA CHAGAS, Matrícula Funcional nº 5411017, como Presidente de Comissão, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 048/2023 - SEGUP/FESPDS/PA;

Art. 2º. Designar o servidor ANGELO FERREIRA MARTINS, Matrícula Funcional nº 5913855, para atuar como Membro de comissão, em substituição ao presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 3º. Designar o servidor VICTOR FERNANDES BRICIO, Matrícula Funcional nº 5913932, para atuar como Membro de comissão, em substituição ao presidente nos casos de ausência, impedimentos e afastamentos legais.

Art. 4º. Ao Presidente e aos Membros da Comissão do respectivo contrato, ora nomeados, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução: I. acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido instrumento sob sua gestão e emitir respectivos relatórios;

Protocolo: 1028263

Protocolo: 1028263